

CONVITE Nº 05/2013

Analizando os termos do Edital do Convite nº 05/2013, verifica-se que o mesmo possui como objeto a ser licitado a *"Contratação de escritório de advocacia especializado para a prestação de serviços consistentes em patrocínio de defesa e acompanhamento até decisão final irrecorrível de processos relativos a atos praticados a partir do exercício financeiro de 2013, que estejam em andamento ou que sejam abertos durante a vigência contratual, perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de interesse da Prefeitura Municipal, bem como na apresentação de respostas a consultas verbais e escritas sobre matérias de maior complexidade, alvo de fiscalização ou apontamento pelo referido Tribunal."*

Por se tratar de instrumento convocatório objetivando a contratação de escritório de advocacia para, dentre outros, responder a consultas verbais e escritas sobre matérias alvos de fiscalização ou apontamento pelo Tribunal de Contas, era de rigor que se constasse do Edital informações acerca do volume de horas estimadas para os serviços de consultoria, de modo que as propostas pudessem ser melhor dimensionadas.

Nesse sentido, o entendimento do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no TC 034276/026/11 e TC 034407/026/11, de Relatoria do Eminentíssimo Substituto de Conselheiro Samy Wurman, julgado de 23 de novembro 2011:

*"No tocante às propostas, não obstante as informações contidas no edital se mostrarem suficientes para a elaboração das mesmas, notadamente quanto ao patrocínio de causas perante esta E. Corte, conforme ressaltado pela SDG, "pertinente a crítica relativa à **inexistência de informações acerca do volume de horas trabalhadas para os serviços de consultoria**", dimensionados a partir das horas técnicas gastas no exercício de tal tarefa, nos termos da jurisprudência desta E. Corte, a exemplo do decidido nos TCs 000238/001/10 e 000242/001/101."*

Assim, percebe-se que o mencionado procedimento licitatório contraria entendimento do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo esposado no mencionado julgado, visto que, como dito, deixou de mencionar o volume de horas estimado para a contratação.

E, tendo praticado ato contrário ao ordenamento jurídico, a própria lei impõe ao Administrador o dever de anulá-lo, nos moldes do artigo 49 da Lei 8.666/93, o qual transcrevemos, *in verbis*:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Rua Siqueira Campos, S-64 - Cx. Postal 33 - CEP 17280-000 - Pederneiras - SP

Fone: (14) 3283-9570 - Fax: (14) 3284-1764 - e-mail: gabinete@pederneiras.sp.gov.br

Site: www.pederneiras.sp.gov.br

licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

No mesmo sentido, a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Assim, de rigor determino para que seja declarada a nulidade do procedimento licitatório em comento, sendo de rigor quando da abertura de novo procedimento licitatório para tal objeto, sejam acrescidas as determinações do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Pederneiras, 05 de novembro de 2013.

DANIEL PEREIRA DE CAMARGO
Prefeito Municipal

DESPACHO DE ANULAÇÃO

Ref.: Convite nº 05/2013

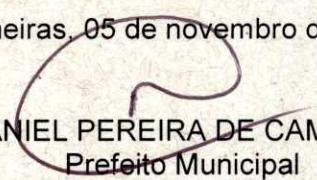
Tendo constatado que do procedimento licitatório supramencionado, que tem por objeto a contratação de escritório de advocacia para, dentre outros, responder a consultas verbais e escritas sobre matérias alvos de fiscalização ou apontamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, não constou informações acerca do volume de horas estimadas para os serviços de consultoria, de modo que as propostas pudessem ser melhor dimensionadas;

Tendo em vista, ainda, entendimento do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no TC 034276/026/11 e TC 034407/026/11, de Relatoria do Eminentíssimo Substituto de Conselheiro Samy Wurman, julgado de 23 de novembro 2011, no sentido de que referidos serviços devem ser objetivamente dimensionados;

DECIDO:

Fica ANULADA a referida licitação, nos termos do artigo 49, da lei nº 8.666/93, à vista de que os vícios que a maculam são irremediavelmente insanáveis.

Pederneiras, 05 de novembro de 2013.


DANIEL PEREIRA DE CAMARGO
Prefeito Municipal